



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

**12º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA
DO MPM NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR**

PROVA SUBJETIVA– CADERNO DE QUESTÕES
**GRUPO III – DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS, DIREITO
INTERNACIONAL PENAL E DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Os celulares, relógios digitais, relógios multifuncionais e outros aparelhos eletrônicos devem ser mantidos desligados durante todo o tempo de prova e serão recolhidos pelos fiscais de sala;
2. *Quando autorizado*, verifique, atentamente, este **CADERNO DE PROVA SUBJETIVA**, que deve conter as questões formuladas com elementos para subsidiar a elaboração das respostas. *Constatando* qualquer anormalidade, como página sem impressão ou repetida, ausência de página ou, ainda, impressão defeituosa, solicite imediatamente sua *substituição*;
3. A prova tem duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo para preenchimento do Caderno de Respostas;
4. Durante a prova, o candidato não deve se comunicar com outros candidatos, por qualquer meio, escrito ou oral. Igualmente, não deve se comunicar, por qualquer meio, com pessoas ou sistemas de informática situados fora do recinto da prova;
5. É permitida a consulta a diplomas normativos, desde que os textos estejam desacompanhados de comentários, anotações, exposição de motivos, transcrições jurisprudenciais, súmulas e resoluções. Não é admitido intercâmbio de material de consulta entre os candidatos;
6. O candidato não deve se levantar durante a prova. Em caso de alguma necessidade, solicitar orientação ao fiscal de sala mais próximo. É permitida, com autorização, a ida ao banheiro;
7. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorridos **90 (noventa) minutos** do respectivo início, sob pena de eliminação do certame;
8. O candidato só poderá retirar-se do local de prova portando este Caderno de Questões e o *Rascunho* das Respostas, após o decurso de 4h do início da prova;
9. O descumprimento destas instruções ou das constantes no Caderno de Respostas poderá acarretar em anulação da prova do candidato e em medidas legais cabíveis.

Nome:	Data: 19/06/2022
-------	----------------------------

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

QUESTÃO 01 (17 pontos)

O processo legislativo é o conjunto de normas, fixadas na constituição, dirigidas à elaboração de outras normas. Toda e qualquer espécie normativa existente no sistema do direito positivo brasileiro será incluída no conjunto das normas de estrutura ou das normas de conduta. Normas de conduta são aquelas prescritoras de comportamentos individuais. As prescrições constitucionais pertinentes ao processo legislativo são classificadas como normas de estrutura, visto que são normas destinadas à criação de outras normas. Para Nelson Sampaio, a expressão processo legislativo pode também ser entendida num sentido sociológico quando se refere “ao conjunto de fatores reais ou fáticos que põem em movimento os legisladores e ao modo como eles costumam proceder ao realizar a tarefa legislativa”. Responda às seguintes questões referentes ao processo legislativo brasileiro:

- a) Quais as espécies de emendas a projeto de lei? (5 pontos, 8 linhas)
- b) Qual a distinção entre promulgação e publicação? (4 pontos, 4 linhas)
- c) Estritamente de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode haver reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória revogada? Sim ou não? Justifique. (8 pontos, 8 linhas)

QUESTÃO 02 (14 pontos)

Para Sebastian Serrano, “talvez o mais característico da vida humana seja a onipresença da linguagem. (...) A linguagem é elemento constitutivo da intersubjetividade e da vida social”. Discorra sobre:

- a) Importância da Semiologia para a interpretação constitucional (4 pontos, 3 linhas);
- b) Planos de análise dos sistemas sógnicos (6 pontos, 9 linhas);
- c) Exemplo de suporte físico, significado e significação, estritamente de acordo com o sistema do direito positivo constitucional brasileiro (4 pontos, 12 linhas).

QUESTÃO 03 (18 pontos)

Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito, criada na Câmara dos Deputados, intimou indiciado para depor, em sessão aberta e televisada, acerca de fatos a ele imputados, assim como também foi convocado magistrado que houvera concedido liminares em favor do indiciado na CPI. Quando da criação da CPI, já se encontravam em andamento cinco comissões parlamentares de inquérito na Câmara dos Deputados. A Comissão teve o trabalho prorrogado até o início da legislatura seguinte diante da extrema relevância e interesse público existente na investigação em curso e foi determinada monocraticamente pelo Presidente da CPI a quebra do sigilo bancário do indiciado. Diante dos fatos ocorridos, o indiciado ingressou com reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal. Estritamente de acordo

com o enunciado da questão e estritamente de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, examine as seguintes circunstâncias referentes à Comissão Parlamentar de Inquérito, enunciando os fundamentos indicados pela Corte Suprema brasileira.

- a) Televisamento de Comissão Parlamentar de Inquérito (3 pontos, 10 linhas)
- b) Convocação de magistrados (3 pontos, 3 linhas)
- c) Quebra do sigilo bancário de indiciado (3 pontos, 15 linhas)
- d) Prorrogação de CPI (3 pontos, 6 linhas)
- e) Possibilidade de criação de CPI quando já existentes 5 (cinco) CPI's na Câmara dos Deputados (3 pontos, 12 linhas)
- f) Reclamação constitucional e ato de CPI (3 pontos, 8 linhas)

QUESTÃO 04 (09 pontos)

A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988 contempla possibilidade de concessão de sanções premiais? Sim ou não? Justifique (9 pontos, 9 linhas).

QUESTÃO 05 (12 pontos)

Determinada constituição estadual estabeleceu que “o governador não será preso senão pela superveniência de sentença condenatória passada em julgado, nos crimes comuns”. Estritamente de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, examine a (in) compatibilidade da disposição constitucional estadual relativamente à Constituição brasileira de 1988, especificando, exclusivamente, os fundamentos jurídico-constitucionais invocados pela tese vencedora.

(12 pontos, 8 linhas)

GRUPO III/B– DIREITO INTERNACIONAL PENAL

QUESTÃO 06 (04 pontos)

O recrutamento e o uso de crianças-soldado em conflitos armados constitui um crime de guerra. Segundo o último relatório anual o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas sobre crianças e conflitos armados, em 2020, mais de 8.500 crianças foram recrutadas em forças ou grupos armados. O Projeto de Lei 4.038/2008 (apensado ao PL 301/2007) em trâmite no Congresso Nacional que, além de outras providências, define no âmbito interno os crimes internacionais previstos no Tribunal Penal Internacional, assim dispõe sobre o recrutamento de menores em tempo de conflito armado:

“Crime de guerra por recrutamento ou alistamento de menor de dezoito anos

Art. 79. Recrutar ou alistar menor de dezoito anos nas forças armadas nacionais ou em grupo armado organizado:

Pena – reclusão, de cinco a oito anos

Parágrafo único – A pena será aumentada de um terço a dois terços, se o recrutado ou alistado participar das hostilidades.”

Compare e comente o mencionado texto com relação aos dispositivos sobre o tema contidos no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. (15 linhas)

QUESTÃO 07 (04 pontos)

Ainda que a Ucrânia e a Rússia não sejam Estados Partes ao Estatuto de Roma, o Procurador do Tribunal Penal Internacional anunciou, em fevereiro de 2022, que seu Gabinete pode investigar qualquer ato de genocídio, crime contra a humanidade ou crime de guerra cometido no território da Ucrânia desde 20 de fevereiro de 2014. Aponte as hipóteses nas quais o Tribunal Penal Internacional poderá exercer a sua jurisdição sobre Estados que não sejam Partes ao Estatuto de Roma. (15 linhas)

QUESTÃO 08 (03 pontos)

O Ministério Público do Tribunal Penal Internacional tem o poder de avaliar quais situações levará a julgamento tendo em vista a natureza complementar daquela Corte Internacional. Relacione os critérios previstos no Estatuto de Roma que devem balizar a decisão do Procurador do Tribunal Penal Internacional, a qual será submetida ao Juízo de Instrução, em não deflagrar um processo criminal após a conclusão de uma investigação, mesmo que o caso seja admissível a luz do art. 17. (15 linhas)

QUESTÃO 09 (04 pontos)

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional prevê como penas a prisão até o limite máximo de 30 anos, a prisão perpétua, a multa e a perda dos bens e haveres provenientes do crime. Considerando que há vedação constitucional de pena de caráter perpétuo, a luz dos dispositivos do Estatuto de Roma, avalie a possibilidade e, se for o caso, as condições do Brasil cooperar com o Tribunal Penal Internacional na execução de penas. (15 linhas)

QUESTÃO 10 (05 pontos)

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha tem repetidamente manifestado preocupação com o crescente uso de operações cibernéticas durante conflitos armados, seu potencial custo humano e seus efeitos disruptivos na infraestrutura civil. Embora haja inúmeras questões de debates como, por exemplo, a qualificação de uma situação como ataque em caso de uma operação que interrompa sistemas sem causar danos físicos ou a equivalência de dados civis ao conceito de bens de caráter civil, permanece a premissa de aplicabilidade do *ius in bello* às situações de conflitos armados.

Indique os princípios e as normas básicas de Direito Internacional Humanitário que devem ser respeitadas pelos Estados Partes às Convenções de Genebra de 1949 e ao Protocolo Adicional I de 1977 no tocante a ataques cibernéticos em conflitos armados internacionais. (20 linhas)

QUESTÃO 11 (05 pontos)

“Gênero e Direito Internacional Humanitário” foi um dos temas elencados pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, neste ano de 2022, como um dos mais prementes a ser identificado, discutido e abordado pelos Estados para avançar na proteção das pessoas afetadas por conflitos armados. Uma perspectiva de gênero constitui uma ferramenta importante para a prevenção e redução de danos e a proteção de mulheres e meninas se sobressai neste contexto. Destaque as normas previstas nas Convenções de Genebra de 1949 e no Protocolo Adicional I de 1977 que protegem a mulher combatente que está em poder da Parte Adversa e a mulher civil em território ocupado no contexto de um conflito armado internacional. (20 linhas)

QUESTÃO 12 (05 pontos)

O Estado A, o Estado B e o Estado C aderiram às Convenções de Genebra de 1949 e ao Protocolo Adicional I de 1977. O Estado B e o Estado C travam entre si um conflito armado internacional, havendo flagrantes evidências de que ambos os Estados estão perpetrando graves violações ao Direito Internacional Humanitário. O fracasso na implementação das normas internacionais protetivas e restritivas que compõem o *ius in bello* permanece sendo a maior causa de sofrimento durante conflitos armados. Os mecanismos de *compliance* com o Direito Internacional Humanitário precisam ser fortalecidos e os Estados têm o dever de cumprir seus compromissos internacionais. Analise e exemplifique, com três possíveis iniciativas, a obrigação internacional que o Estado A tem em relação aos Estados B e C. (20 linhas)

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

INTENCIONALMENTE EM BRANCO